



EDITORIAL

Educação & Realidade aventura-se, nesta edição, a debater um tema crucial do nosso tempo: os modos pelos quais nossas identidades e subjetividades vêm sendo constituídas no interior das diferentes práticas culturais, mormente daquelas que dizem respeito à ação da mídia no cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. O que nos moveu a colocar em destaque o tema “Cultura, Mídia e Educação” foi a necessidade de apresentar, a partir de diversos pontos de vista, como alguns estudiosos e pesquisadores, das áreas da educação e da comunicação, estão discutindo os problemas de uma cultura que se apresenta inflacionada de imagens e, paradoxalmente ou não, carente de sentidos para os indivíduos e os grupos sociais.

Junto a essa questão, preocupamo-nos com muitas outras, a ela associadas. Por que diferentes temas da cultura parecem hoje ocupar o centro das atenções, nos mais variados campos da ação humana? Em que medida a presença da mídia na vida cotidiana produz, reproduz ou dinamiza valores, crenças, sentimentos, preconceitos que circulam na sociedade? De que modo os meios de comunicação têm participado da disseminação de novos modos de ser e estar, modos de agir, de comportar-se, de os sujeitos tratarem a si mesmos, a seus corpos e a seu mundo interno? Como esse espaço fundamental da cultura tem tratado das lutas sociais, por direitos que atingem grupos étnicos, raciais, geracionais, profissionais, grupos envolvidos com a questão de gênero? Enfim, como no campo da educação estamos avançando, no sentido de trazer para dentro dos espaços escolares a discussão dos saberes que circulam no rádio e na televisão, nos jornais, na publicidade, bem como, mais especificamente, a discussão das eficazes estratégias de linguagem desses meios na busca de uma interação com os seus públicos?

Questões como essas têm sido levantadas por estudiosos dos mais diferentes campos do conhecimento, em todo o mundo. Eu destacaria, por exemplo, o psicanalista Jurandir Freire Costa, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que tem realizado pesquisas sobre as transformações que experimentamos na definição de nossas próprias identidades e do sentido do que seja o “social” para nós, diante da ação do mercado e seus interesses hegemônicos e igualmente diante da ação dos meios de comunicação. Estes, segundo Costa, seriam produtores de um certo imaginário que faz o elogio de um individualismo exacerbado, ligado à “cultura das sensações”, no qual o corpo aparece como critério de identidade: a felicidade é o corpo perfeito e sempre jovem; cultua-se o corpo mas morre-se de medo desse mesmo corpo que, afinal, envelhece e um dia acaba. Para Costa, trata-se de uma cultura que esconde a morte, talvez para não pensar na vida.

Como Jurandir Freire Costa, outros pensadores e estudiosos vêm propondo novas formas de investigar e analisar as relações entre a cultura e a produção de sujeitos. O antropólogo francês Marc Augé, por exemplo, em *A guerra dos sonhos* (São Paulo: Papirus, 1998), chama a atenção para o fato de que vivemos mudanças radicais nas “condições de simbolização” e que se torna urgente investigar o que está acontecendo na nossa relação com o “real”, a partir das novas representações que circulam, especialmente nos meios de comunicação, representações que certamente estão associadas ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, bem como ao processo de planetarização de problemas sociais e do que ele chamou a “aceleração da história”. Outro francês, Michel de Certeau, em *A cultura no plural* (São Paulo: Papirus, 1995), coloca em questão as mitologias do nosso tempo, presentes na mídia e particularmente no discurso publicitário — um discurso que não abre mão dos mitos (felicidade, amor, beleza, por exemplo); pelo contrário, vive deles, talvez porque, como diz o autor, as mitologias nesses espaços estariam revelando aquilo em que já não ousamos acreditar, e que, com certeza, somente as imagens ficcionais poderão oferecer-nos.

Ora, as questões levantadas por esses autores — e poderíamos aqui trazer tantos outros, entre eles David Harvey, Beatriz Sarlo, Paul Virilio — sugerem que o estudo dos meios de comunicação, da linguagem de seus produtos, das imagens, sons e textos que todos consumimos diariamente na relação com a mídia, e também a investigação sobre as várias formas pelas quais grupos distintos negociam sentidos com esses meios, fazem-se hoje absolutamente fundamentais no campo da educação. Uma das razões disso é que a força da mídia e de suas imagens se impõe num momento em que instituições tradicionalmente importantes como formadoras das novas gerações — escola e família — parecem viver uma de suas mais profundas crises. O que trazemos no Tema em Destaque deste número de *Educação & Realidade* é um conjunto de artigos que justamente tratam dessa ordem de problemas.

Abrimos essa seção com Stuart Hall e seu elucidativo texto “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo”. Originalmente publicado no livro *Media and Cultural Regulation*, como capítulo final da obra organizada

por Kenneth Thompson, da Open University, esse artigo serve como uma espécie de guia para a leitura dos demais textos de nosso Tema em Destaque. Hall, conhecido por sua vasta produção no campo dos Estudos Culturais, sintetiza aqui suas concepções de cultura e mostra como, neste século, estamos vivendo uma verdadeira “revolução cultural”, na medida em que existiria hoje um domínio das atividades e práticas relacionadas à expressão ou comunicação de significados. Mais do que isso, tais práticas, em nosso tempo, estariam sendo profundamente marcadas pela lógica da mídia e de toda a tecnologia de que esta se serve, de tal forma que nossa vida local e cotidiana não se separaria das vozes e imagens que habitam as telas da TV, as páginas dos jornais, a música que nos embala pelo rádio ou pelo aparelho de som em nossas casas, nas ruas, nos bares, nos *shopping centers*. Nossas identidades, nesse sentido, não se separariam dos modos de representação das pessoas, dos grupos sociais, das lutas políticas, das minorias étnicas, geracionais, enfim, de todas as imagens criadas, reproduzidas, multiplicadas pelos meios de comunicação a respeito de nós mesmos e do tempo em que vivemos.

A análise de Hall, nesse artigo, vai além da descrição dos novos modos de vida ensejados por tantas transformações na cultura: o autor discute também os aspectos epistemológicos do que ele denomina a “virada cultural”, mostrando como esse fato traz conseqüências importantes para a investigação no campo das ciências humanas e sociais, particularmente pelo interesse que passam a ter, na construção do social, a linguagem, as práticas de representação, os discursos, as imagens, enfim, todas as formas de produção de sentido, em sua materialidade. Sem cair num novo idealismo, sua proposta é que se pense radicalmente a centralidade da cultura, articulando de novas formas os fatores materiais e simbólicos, na análise da sociedade. Se toda prática social tem seu caráter discursivo, trata-se de compreender nela as questões de significado, ou seja, sua dimensão cultural. Mais do que isso, trata-se também de nos perguntarmos sobre as relações de poder presentes nessa dimensão: afinal, como estão sendo reguladas em nossa sociedade as significações? Se concordamos com a idéia de que não há uma só “visão de mundo” e caminhamos na direção de uma perspectiva mais complexa de regulação do social, chegamos à conclusão de que se abre um espaço para imaginar formas distintas de “governo da cultura”, para além dessas que conhecemos, a partir de análises de como estamos sendo regulados em nossas condutas individuais e práticas sociais, através da eficaz ação da mídia e da publicidade, ou seja, análises que tratam basicamente de “arranjos de poder discursivo ou simbólico”.

Mauro Wilton de Souza, professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), faz, em “Juventude e os novos espaços sociais de construção e negociação de sentidos”, uma análise histórica de como chegamos a uma preocupação mais intensa com o lugar dos meios de comunicação na sociedade e, particularmente, em relação à educação dos mais jovens. Wilton dirige sua atenção para o jovem, mostrando-o no centro das atenções da escola e

dos *media*, e, a partir daí, situa uma importante dimensão da comunicação — a comunicação como um espaço onde se “negociam significações”. Se considerarmos, como diz Mauro Wilton, que o grande espaço público encontra-se fragmentado, quase sem condições de um debate racional coletivo e marcado pelo conflito social, vemos que os meios de comunicação se colocam estrategicamente aí como agentes de estruturação, fazendo-se a grande praça pública para os debates sociais da atualidade. Por isso, os *media* não podem ser vistos, segundo o autor, meramente como tecnologias de suporte; são, junto com a escola e outros espaços, o lugar onde se constrói a cidadania, onde se produzem subjetividades. Portanto, investigar a relação entre a juventude, a mídia e a educação, nesse perspectiva, significa redefinir a própria função política de tais espaços, como lugares de referência para os jovens, para suas decisões grupais e individuais, para as práticas que lhes apontam alguma forma de pertencimento.

A seguir, no artigo “O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise”, trago minha contribuição ao debate sobre meios de comunicação e educação. Problematizando questões nascidas de trabalhos anteriores sobre esse assunto, argumento no texto sobre a necessidade de se investigar o tema da pedagogização da mídia, especialmente da televisão, situando o problema no conjunto dos estudos que têm sido realizados nos últimos anos, nesses campos. Também discuto a pertinência de usar alguns conceitos retirados da obra de Michel Foucault, para descrever um suposto “dispositivo pedagógico” da mídia e, depois, coloco em debate a relação entre mídia, tecnologia e produção de sujeitos sociais para, então, tratar de algumas questões de análise sugeridas por esse referencial teórico e pelas primeiras aproximações com o material empírico de uma pesquisa em andamento, em que analiso as estratégias de linguagem em vários gêneros de programas de TV. Uma dessas questões é a que se refere ao caráter de “repetição”, próprio dos materiais televisivos. Conforme mostro no texto, uma característica de linguagem — no caso, a repetição — é também constitutiva do tipo de relação que os públicos têm com a TV; ou seja, a cumplicidade material e simbólica da mídia com seus públicos pode ser analisada a partir de uma investigação sobre a linguagem mesma de seus produtos. Com isso, procuro assinalar que há na cultura contemporânea um modo muito concreto de formar, de constituir os sujeitos sociais, que ocorre, por exemplo, na prática cotidiana de produzir e consumir produtos televisivos. Esse tipo de análise nos permitiria identificar os diferentes discursos que circulam, como discursos que “fazem sentido” numa determinada época e tempo e que existem concretamente nos materiais televisivos. Por hipótese, são discursos que se servem de uma estratégia pedagógica, de sedução e ao mesmo tempo de controle, que adquire visibilidade em cada imagem captada pelas câmeras, a cada seqüência editada, sonorizada, veiculada e recebida.

Luiz Henrique Sacchi dos Santos, por sua vez, oferece um material riquíssimo sobre a análise da cultura contemporânea, a partir de um local muito específico: uma sala de aula de Ciências. Em seu artigo intitulado “Um preto mais clarinho... ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos”, Luiz

Henrique analisa as representações culturais, a partir da referência teórica dada pelos Estudos Culturais. Antes de chegar à análise propriamente dita, o autor percorre um caminho que, certamente, terá boa acolhida entre aqueles que se dedicam à pesquisa na área da educação. Começa descrevendo os problemas enfrentados por todos os que, como ele, tomam como fonte de material empírico a própria sala de aula, e discute as perspectivas atuais da etnografia, relativizando a própria capacidade de observar, relatar e constituir a “realidade” vivida. Logo a seguir, debruça-se sobre aspectos teóricos relacionados com o tema do discurso e da constituição do sujeito e, mais especificamente, com a questão de como as marcas da cultura se fazem marcas nos corpos. O conceito de representação cultural, tal como vem sendo entendido no campo dos Estudos Culturais, e o conceito de enunciado, em Michel Foucault, são igualmente explorados por Luiz Henrique. Após esse percurso, somos brindados com a análise, realizada a partir das anotações de um diário de observações em uma sala de aula de ciências, de um curso supletivo para homens e mulheres trabalhadores metalúrgicos. O tópico principal da análise está nos enunciados sobre “branquidade” (referida à raça branca), os quais circulam naquele espaço e, também, nos discursos da mídia, da ciência, das religiões, e assim por diante. O argumento de Luiz Henrique é que representações culturais hegemônicas do que seja a “branquidade” produziram identidades negras *dobradas* a esse discurso.

“O que a natureza vende?” — pergunta-se Marise Barroso Amaral, num texto em que nos oferece “um olhar sobre as representações da natureza no discurso publicitário”. Analisando minuciosamente e criativamente anúncios veiculados em uma revista de circulação nacional, Marise desmonta as peças publicitárias com o objetivo de descrever que representações de natureza e cultura ali se inscrevem. Ela descobre, por exemplo, o quanto está presente nesses materiais a antiga narrativa que, desde os séculos XVIII e XIX, nos ensinou a ver a natureza como aquilo que deve ser privatizado, explorado e decodificado, em nome do progresso, do consumo e da própria vida da espécie humana. Fundamentada também nos Estudos Culturais, basicamente em autores como Donna Haraway, ao analisar cada elemento da linguagem — cores, tamanho, disposição e hierarquia dos objetos na peça publicitária, além de textos e outros sinais —, Marise disserta sobre o impacto da comunicação visual, da publicidade, dos produtos da mídia, da informação global, no modo como organizamos nossas vidas e no modo como compreendemos a nós mesmos, os outros e o mundo.

Numa outra perspectiva de análise dos artefatos culturais, o estudo de Rosália Duarte sobre cinema — “Violência em imagens filmicas: tomando filmes como objeto de pesquisa” — traz a seguinte indagação: que elementos podem ser identificados no imagiário sobre violência, na cultura de nosso tempo? A autora, ao analisar alguns filmes fartamente consumidos especialmente pelo público jovem — como *Allien 3*, *Cães de Aluguel*, *Duro de Matar 2*, *O Exterminador do Futuro*, *Tempo de Violência: Pulp Ficcion* — chega nesse percurso a um conjunto de valores e crenças presentes em nossa cultura, a respeito do que têm representado,

para nós, as diversas imagens de violência. Seguindo o antropólogo Roberto DaMatta, Rosália mostra em seu trabalho que todas as sociedades, de alguma forma, se revelam tanto por aquilo que valorizam na condição de “bom” ou “sagrado”, como por aquilo que deploram e que classificam como “mau”, “criminoso”, “violento”. Imagens de violência como o sangue correndo e os vidros quebrados, por exemplo, são vistas em profundidade por Rosália, que busca as várias manifestações desse simbolismo em diferentes lugares da história da cultura ocidental. O que é o simbolismo do sangue, por exemplo, nas páginas da Bíblia Sagrada? E o que é o sangue hoje, nas ruas de Los Angeles, cenário de tantos filmes que consumimos, captado pelas lentes dos cinegrafistas? Por outro lado, qual o sentido de algo que se poderia chamar “uma cultura do vidro”, da transparência, da necessidade de “vertudo”, e que é tão insistentemente mostrado no cinema?

Já a partir do curioso título de seu artigo — “Ela ensina com amor e carinho, mas toda enfezada, danada da vida”: representações da professora na literatura infantil” –, Rosa Maria Hessel Silveira oferece uma interessante reflexão sobre as representações de professora, encontradas através do estudo de trinta obras da literatura infantil, a que têm acesso as crianças brasileiras. A análise — que encerra o conjunto de artigos de nosso Tema em Destaque — traz inicialmente uma discussão mais ampla sobre tendências, em diferentes épocas, com relação às temáticas presentes nas obras de ficção destinadas ao público infantil e juvenil. Ao mesmo tempo, Rosa Hessel deixa claro, desde o início, que a literatura infantil é vista por ela como produção cultural e que, como tal, deve ser analisada. Assim, as representações encontradas — ou a professora amorosa, salvadora e dedicada, situada num ambiente escolar em que reina a harmonia e a felicidade; ou a mulher irracional, descontrolada; ou ainda a “nova” professora — mesclam-se a tantas outras, presentes em meios como a televisão, o cinema, as histórias em quadrinhos. Longe de ficar nas meras constatações, a análise explora outras questões, relacionando aquelas representações, por exemplo, com toda a problematização das relações de poder na escola, e com aquilo que nos é apontado tão bem por Stuart Hall em seu artigo — o fato de que, na construção dos discursos, trata-se também da construção de identidades sociais e da produção de subjetividades.

O primeiro dos três artigos da seção Temas Especiais em Educação é de Neuza Guareschi — “Ideologia e Discurso”. Certamente leitoras e leitores de *Educação & Realidade* encontrarão nele uma importante contribuição para os estudos que, como vimos nos textos anteriores, especialmente no de Stuart Hall, se dedicam a compreender as complexas relações de poder presentes nos textos e imagens da nossa cultura, nos diferentes campos, como a escola ou a mídia, só para citar os dois que aqui nos interessam. Com o apoio em vários teóricos, como Michael Apple, J. Larrain, Stuart Hall, Michel Foucault, Ernesto Laclau, Althusser — entre outros –, Neuza Guareschi propõe que, para compreendermos melhor a sociedade em que vivemos, na investigação dos setores econômico, cultural e político, estes devem ser vistos a partir de todas as diferenças neles implicadas

(de classe, etnia e gênero, por exemplo), atentando-se nessa dinâmica para os problemas das relações entre discurso e ideologia. A autora, em cuidadosa revisão bibliográfica, mostra as peculiaridades de cada um dos dois conceitos e, especialmente, as relações teóricas e epistemológicas entre eles, expondo a contribuição das diferentes teorias do discurso e da ideologia para o campo da educação. Sujeito, indivíduo, consciência de classe, signo, signifiante, significado — são alguns dos conceitos rastreados e discutidos pela autora, que vai através deles pontuando as proximidades e diferenças entre as teorias do discurso e da ideologia. O problema colocado é: como chegar ao “social”, através desses dois conceitos, nas diferentes teorias? Talvez o momento mais interessante do texto seja aquele em que Neuza estabelece um debate entre Foucault e Althusser, a propósito das oposições (ou não-oposições) entre ciência e ideologia, e entre conhecimento e poder. Em todo o texto, o que se pode ler é o questionamento de dois conceitos fundamentais para as investigações empíricas e teóricas no campo das ciências humanas e, de modo especial, no campo da educação: ambos são mostrados em sua complexidade, são questionados e vistos em sua concretude histórica, sobretudo em sua produtividade para a compreensão ampla do social.

Embora sob uma perspectiva bastante distinta daquela que vimos até aqui, o tema das representações volta em outro artigo, no caso, o dos professores argentinos José Antonio Castorina e de Carina Viviana Kaplan. Trata-se de “Representaciones sociales y trayectorias educativas: una relación problemática”. Este artigo traz uma série de reflexões sobre uma dimensão relevante da prática educativa: as representações sociais dos professores do ensino básico sobre a inteligência dos alunos. Segundo os dois autores, os juízos que os docentes produzem em relação aos alunos têm conseqüências práticas sobre as trajetórias que se vão configurando para as crianças das diversas classes sociais. Para eles, os discursos já naturalizados sobre a inteligência dos alunos têm uma relação direta tanto com as classificações que se fazem na prática pedagógica quanto com as divisões objetivas do mundo social. A análise é feita a partir de dados que se alcançaram através de entrevistas aplicadas a professores, numa cuidadosa investigação empírica. Castorina e Kaplan, nesse estudo, avaliam os efeitos mais amplos do senso comum inatista e do senso comum comportamentalista a respeito da inteligência.

“Crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul: trabalho e analfabetismo” é o artigo que encerra nossa seção dos Temas Especiais. O autor, Alceu Ferraro, faz uma revisão histórica dos estudos sobre gênero e analfabetismo, desde 1920, no Brasil, apresentando um conjunto de dados estatísticos referentes a taxas de analfabetismo entre meninos e meninas, dados que são relacionados à participação de crianças e jovens no mercado de trabalho. Ferraro mostra aos leitores de *Educação & Realidade* que, ainda hoje, o trabalho ilegal de centenas de milhares de crianças e adolescentes, particularmente do sexo masculino, constitui-se uma das principais causas do analfabetismo e dos baixos índices de escolaridade no Rio Grande do Sul.

Na seção dedicada às Resenhas, temos neste número o comentário de Sérgio Lulkin sobre o livro de Carlos Skliar, *La educacion de los sordos*, em que Lulkin destaca a importante contribuição do professor argentino para a discussão de inúmeras questões referentes aos discursos dominantes sobre a educação de surdos, especialmente aquelas que dizem respeito às políticas institucionais e aos processos de inclusão de crianças surdas na escola regular. Também contamos com a resenha de Maria Isabel Bujes a respeito do livro de Jorge Larrosa, *Pedagogia Profana*. No seu texto, Maria Isabel sublinha a grande qualidade do texto de Larrosa — não só o fato de escrever de forma pouco usual, sobre pedagogia, mas sobretudo de escrever criativamente sobre educação, de modo a submeter todos os objetos que toca a um novo olhar. No caso, as questões da formação, da leitura e das condições de possibilidade de uma educação aberta ao novo e ao imprevisível são vistas na perspectiva de interpelação do leitor, no sentido de fazê-lo afinar olhos e ouvidos, e deixar funcionar plenamente sua sensibilidade.

Finalmente, em nossa última seção — “Dissertações e Teses” —, inaugurada neste número, apresentamos a súmula dos trabalhos defendidos nos cursos de Doutorado e Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, durante o ano de 1998, no intuito de valorizar a pesquisa que se faz neste Programa e que, por certo, tem contribuído sensivelmente no sentido do avanço teórico e metodológico das investigações no campo da educação neste País.

Que os leitores e leitoras de *Educação & Realidade* possam ter uma agradável leitura e que as artigos e resenhas aqui publicados tenham a qualidade de ser, para cada um de nós, “um acontecimento de pluralidade e diferença”, como escreve Larrosa. E que os textos de nosso Tema em Destaque — “Cultura, Mídia e Educação” — cumpram seu objetivo, qual seja, o de que provocar perguntas que nos façam “ver”, não necessariamente para construir de imediato um plano de ação e transformar o que vemos, mas, como nos fala Beatriz Sarlo, com o objetivo simples e fundamental de “armar uma perspectiva para ver”, que está na base de qualquer mudança.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora